



SENGE-RJ
inaugura busto
em homenagem a
Rubens Paiva

PÁGINA 3

• POLÍTICA

Presidentes de Sindicatos dizem o que esperam do novo governo

PÁG. 10

• CONSENGE

Mulheres aumentam participação em Congresso de Engenheiros

PÁG. 6

• JURÍDICO

Confira as últimas notícias do Jurídico na Eletronuclear e em Furnas

PÁG. 14

Christina Bocayuva



Eleita nova diretoria da Fisenge para o triênio 2014-2017

Votação foi realizada durante o 10º CONSENGE, em Búzios PÁG. 8

CONFIRA A ENTREVISTA COM CLOVIS NASCIMENTO, NOVO PRESIDENTE DA ENTIDADE PÁG. 7

O 10º CONSENTE FOI UM SUCESSO

O 10º CONSENTE realizado na semana de 27 a 30 de agosto passado, em Búzios, Região dos Lagos, foi um grande sucesso. Não somente pela grande participação de delegados e convidados perfazendo mais de 300 pessoas, entre elas cerca de 40 estudantes e 70 mulheres. A estes números devemos acrescentar a pertinência do temário com o tema I: "O papel do estado no desenvolvimento nacional" e o tema II: "O papel do movimento sindical frente às modificações no mundo do trabalho", a qualidade dos palestrantes e o envolvimento com os debates.

Se no Congresso de Vila Velha em 1995, a Fisenge dá um grande salto em termos organizativos e políticos, lutando contra a privatização e as demissões na Excelsa em Vitória, em Búzios a Fisenge se consolida e se projeta no cenário nacional levantando a bandeira dos direitos humanos, com uma comovente homenagem à memória do engenheiro Rubens Paiva, covardemente assassinado pela ditadura em 1971.

Devemos ressaltar ainda a meticulosa preparação do Congresso nos estados, a competente assessoria do DIEESE em todas as fases e um leque bastante extenso e importante de propostas a serem trabalhadas na próxima fase de planejamento estratégico. Em março de 2015, a nova direção da entidade estará reunida para programar a execução do 10º CONSENTE, avaliando e estabelecendo as prioridades e atribuindo as responsabilidades pela materialidade daquilo que o pensamento e o trabalho coletivo produziu em quase uma semana de Congresso.

Instâncias de decisão e o compartilhamento igualitário entre homens e mulheres

SIMONE BAÍA*

A participação social é o alicerce de um Estado democrático de direito, pois permite o reconhecimento de direitos e a reivindicação de demandas nas decisões políticas, fortalecendo os espaços em sociedade e a construção de sujeitos políticos. O reconhecimento destes espaços provoca uma reflexão sobre sua representatividade e suas relações entre os sujeitos coletivos. Com um rápido olhar sobre o nosso país, constatamos que vivemos numa sociedade com forte viés discriminatório, em que a igualdade de oportunidades não é para todas e todos. Quer seja nos movimentos populares da luta por melhores condições de vida nos fóruns de discussão sobre cidadania, política, gênero e raça, mesmo com a maioria de mulheres na base da organização, estas são minoria nos cargos de direção. Inclui em empresas privadas, sindicatos, associações de classe, conselhos de classe e também na participação de partidos políticos e até nos movimentos onde as mulheres são a maioria. Tal cenário traz à tona uma realidade perversa: a invisibilidade das mulheres.

A discriminação de gênero não é um problema que atinge exclusivamente o feminino. Há uma supressão nos direitos constitucionalmente consagrados, como o direito à igualdade, o que gera retrocessos, diminuindo o crescimento econômico e agravando os males sociais. Este fato é afirmado por vários estudiosos, como Calil¹.

Certamente observamos muitos avanços que têm produzido desdobramentos concretos em termos de inovações e conquistas legislativas e de políticas públicas. Entretanto, os progressos não estão sequer próximos do que é entendido como o ideal para uma sociedade.

É preciso um esforço coletivo para entender como esta participação pode ser diretamente dependente do espaço de poder. Um exemplo claro está nos partidos políticos. Visivelmente, há um aumento de número de mulheres filiadas, mas estas têm pouca ou nenhuma inserção nas instâncias de decisão. É notório que, no período eleitoral, os espaços diminuem e as dificuldades aumentam com a alegação de que mulher não tem voto, entrando para compor a chapa apenas para cumprir a cota. Estas práticas reproduzem o estereótipo patriarcal.

No movimento sindical, observa-se que outras questões, como as econômicas, sobrepõem-se às questões de gênero. Cabe sempre lembrar que há a dificuldade da par-

ticipação feminina, pois as mulheres continuam responsáveis pelos serviços domésticos e cuidados com as crianças, idosos e doentes. Estas responsabilidades domésticas e familiares centradas na mulher impedem a participação nos espaços públicos coletivos de decisão. A ruptura com a reprodução de práticas patriarcais é urgente, bem como o exercício pedagógico da divisão das tarefas na vida privada.

Um componente adicional a toda a problemática da participação feminina é a reprodução do papel tradicionalmente exercido pela mulher dentro das associações e sindicatos. Em muitas entidades, as únicas representações de mulheres encontradas são secretarias de mulheres ou gênero. Por outro lado, muitos sindicatos têm avançado dialogicamente comprometidos com a igualdade de gênero. Isso porque há o comprometimento e a efetivação de políticas específicas de gênero, como a adoção de uma cota de participação feminina nas instâncias diretivas, que se iniciou no final da década de 90. Porém, não bastam mulheres na composição da direção do sindicato. É preciso o reconhecimento da participação das mulheres como sujeitos políticos, e não objetos. A participação dessa mulher não deve ser apenas como expectadora, à margem do processo decisório. A tática de mudança passa por formação política e organização das mulheres sindicalizadas pela disputa constante pelo empoderamento.

Urge que se pratique a igualdade de direitos, que é pauta em todos os sindicatos, por meio da visibilidade da mulher nos espaços de decisão. Isso, de fato, representa uma ruptura com a estrutura patriarcal e um avanço político-social. A participação paritária de mulheres e homens nas instâncias políticas deve ser encarada como um dos grandes desafios para o sindicalismo. E este desafio exige uma construção permanente desse processo democrático para que se tenha garantido o pleno exercício da cidadania.

O compartilhamento igualitário entre homens e mulheres nas instâncias de decisão das várias esferas de poder, quer seja a direção de associações, sindicatos, conselhos e política partidária, são imprescindíveis à democracia e a cidadania.

¹ CALIL, Léa Elisa Silingowski. Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/lea4.htm>>. Acesso em: 01. 07. 2014.

* Simone Baía, diretora da mulher da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lúcia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virgínia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gérson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Sílvia Dietrich

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



A inauguração do busto e a exposição sobre a vida e a carreira política do engenheiro Rubens Paiva emocionaram os presentes

SENGE-RJ inaugura busto de Rubens Paiva

Evento foi realizado em frente à antiga sede do DOI-Codi, no Rio

Marcelle Pacheco (Senge-RJ)

O Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) e a Federação Intersindical de Sindicatos de Engenheiros (FIsenge) inauguraram, no dia 12 de setembro, o busto em homenagem ao engenheiro e deputado

Rubens Paiva, morto pela Ditadura Militar. O busto foi posicionado à frente do prédio onde funcionava o DOI-CODI no Rio de Janeiro, na Praça Lamartine Babo, na Tijuca. Hoje, funciona no local o 1º Batalhão da Polícia do Exército.

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, explicou a razão de se homenagear Rubens Paiva no local.

"Não é uma provocação. É apenas o resgate da memória, para que ela fique sempre presente naqueles que fizeram ▶



Exposição sobre Rubens Paiva teve curadoria de Vladimir Sacchetta



Exposição resgatou a história do político e engenheiro



O diretor do SENGE-RJ Marco Antonio Barbosa

► CONTINUAÇÃO

isso, e naqueles que não sabem o que foi isso. A estátua não está de frente para o Batalhão por nenhum motivo especial. Não recebemos nenhuma pressão do Exército e também não iríamos nos curvar a nenhuma pressão. Esperamos apenas que as Forças Armadas tenham a coragem de limpar essa mancha na sua história, para que não haja convivência e repetição."

O diretor do SENGE-RJ Marco Antonio Barbosa, bastante emocionado, citou Nelson Sargento ao dizer que ainda não existe no dicionário uma palavra para descrever o que estava sentindo no momento.

"Fazemos certas coisas na vida que ficam para sempre. Tenho muito orgulho de ter feito parte dessa homenagem. Nossa geração tem a obrigação de manter viva na memória essa história", defendeu.

A filha mais velha do deputado, Vera Paiva, se disse arrepiada com o evento, especialmente no momento em que foi colocado o áudio do discurso que Paiva fez para



Público visita a exposição



O busto de Rubens Paiva exposto durante o 10º Consenge, em Búzios

a Rádio Nacional de São Paulo, no dia do Golpe.

"Há mais de quarenta anos que não ouvíamos a voz do meu pai", disse ela. No discurso, Paiva defendeu a legalidade do presidente

João Goulart e chamou o povo para apoiar o projeto popular de Jango, por um país mais justo, que desse ao povo brasileiro uma participação na riqueza nacional ao invés de privilegiar uma minoria.

"É como se a gente tivesse finalmente um lugar para homenageá-lo. Agora eu tenho um lugar onde posso trazer flores. Essa experiência de quem tem familiar desaparecido é a dificuldade de encerrar



A filha de Rubens Paiva, Vera Paiva, ao lado de Luiz Cosenza



Olímpio disse que é importante resgatar a memória



"É como se a gente tivesse finalmente um lugar para homenageá-lo"

esse ciclo de luto", disse Vera.

Nelson Rodrigues Filho, que foi torturado no local durante a Ditadura, também se disse emocionado com a homenagem.

"Devemos sempre lembrar o que aconteceu neste local durante aqueles anos, para que não se repita", afirmou.

Rubens Paiva foi eleito deputado federal em 1962, por São Paulo, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após o discurso para a Rádio Nacional, foi caçado e se exilou por nove meses. De volta ao Brasil, retomou a atividade de engenheiro, no Rio de Janeiro, sem abandonar a resistência à ditadura e o apoio a exilados políticos. Foi preso em 20 de janeiro de 1971 e nunca mais foi visto. A esposa e a filha mais velha foram levadas para o DOI-CODI um dia depois, mas não viram Rubens Paiva.

Além do busto, também foi montada uma exposição que lembrou a trajetória política e profissional de Rubens Paiva, com a curadoria de Vladimir Sacchetta. O busto foi feito pelo artista plástico Edgar Duviver.

“ Fazemos certas coisas na vida que ficam para sempre. Tenho muito orgulho de ter feito parte dessa homenagem. Nossa geração tem a obrigação de manter viva na memória essa história

Marco Antonio Barbosa
Diretor do Senge/RJ



Evento contou com a presença de integrantes do grupo Tortura Nunca Mais, que luta pela abertura dos arquivos da Ditadura

Mulheres ampliam participação em Congresso de Engenheiros

Participação da mulher nas esferas de poder foi debatida ao longo do CONSENGE

Caroline Diamante (Senge-MG)

As mulheres representaram cerca de 35% do total de participantes do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), realizado em Búzios/RJ, entre os dias 27 e 30 de agosto. O número representa um avanço na política de igualdade de gênero. Para a diretora do Senge-PR, Sandra Cristina Lins dos Santos, apesar do progresso, ainda há muito que avançar. “Temos a diretoria da mulher, mas precisamos de outras diretoras compondo a diretoria da Fisenge bem como estimular que

isso ocorra nos sindicatos”, observa.

A participação da mulher nas esferas de poder foi debatida ao longo do Congresso. Durante a palestra “O papel do Movimento Sindical Frente às Modificações do Mundo do Trabalho”, a secretária nacional de saúde do trabalhador da CUT, Junéia Batista, lembrou como o próprio dia a dia da mulher trabalhadora pode ser uma barreira para sua maior inserção na política. Este cenário se confirma, por exemplo, com a falta de políticas públicas, como creches e abrigos para idosos, já que as responsabilidades de tomar conta de crianças e idosos ainda recaem sobre as mulheres. Junéia também

cobrou a inclusão de pautas relacionadas à questão de gênero – como diferenças salariais, assédios moral e sexual – nas negociações coletivas dos sindicatos e demais entidades de classe.

Segundo a representante da CUT, é necessário que se tenha um espaço de discussão só das mulheres para que as estratégias relacionadas aos interesses delas possam ser traçadas. Júnéia Batista lembrou, ainda, que os cargos de decisão são ocupados, em sua maioria, por homens, e que é necessário debater qual o espaço das mulheres. “A gente quer discutir qual o nosso espaço enquanto mulher e como colocar esta questão

para a sociedade para que ela não fique só dentro da classe trabalhadora e do movimento sindical organizado”.

JOVENS ESTUDANTES

A diretora da Mulher da Fisenge, Simone Baía, apresentou aos jovens o Coletivo de Mulheres da Fisenge e levantou o debate sobre pontos ligados ao exercício da engenharia sob um olhar de gênero. Ela deu exemplos de como as engenheiras são excluídas em alguns aspectos. “Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIS), em geral, não são pensados para mulheres. São pensados por homens para homens”, lembrou.

HOMENAGEM

Primeira engenheira da Paraíba é homenageada

Dejanine Araújo (Senge-PE)

“**N**ossa homenageada tem uma vida que nos leva a refletir sobre a história da mulher. É uma história de busca pela autonomia, de luta pela inclusão, por respeito e dignidade, que contribui para construir a igualdade de gênero e inspira gerações. É a história de uma mulher que, desde cedo, participou das lutas sociais e profissionais”. Assim, o vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco (Senge-PE) e da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Roberto Freire, iniciou o texto em homenagem à Elisabeth Marinho.

Beta, como é carinhosamente chamada, foi a primeira mulher formada em engenharia no estado da Paraíba, e percorreu uma trajetória bastante conflituosa para conseguir alcançar respeito e autonomia em sua profissão. Desde o início sofreu diversos tipos de preconceito e assédio. Sempre que conseguia uma

promoção no trabalho, escutava a frase machista: “deve ter sentado no colo do chefe para conseguir”. No entanto, mesmo algumas vezes sentindo-se tentada a desistir, continuou firme na luta.

Na Paraíba, seu pai conseguiu um emprego para ela, mas, como toda mulher forte e determinada, não aceitou. Preferiu que, “com o seu próprio esforço”, conseguisse o emprego. Isso aconteceu em Recife, na antiga Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na qual a engenheira deu a sua contribuição. Nesse período, especializou-se em recursos d’água.

Virou militante política e ajudou os perseguidos da ditadura militar, abrindo-os em sua casa. Daí a juntar-se a outros companheiros para tomar a direção do Sindicato dos Engenheiros para a luta dos trabalhadores não demorou muito. O Sindicato, enfim, estaria à serviço dos engenheiros e dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Elisabeth



Coletivo de Mulheres da Fisenge homenageia a engenheira Maria Elisabeth

Marinho continua até os dias de hoje ajudando a fortalecer o Senge. “O Sindicato tem orgulho de ter em seu quadro de diretoria uma mulher forte, guerreira e batalhadora, que lutou bravamente até conseguir conquistar seu espaço, demonstrando competência e garra”, declarou Fernando Freitas, presidente do Senge-PE.

Ainda na década de 80, Elisabeth e outras companheiras começaram a pensar o Coletivo de Mulheres da Fisenge, com o objetivo de incentivar e difundir o empoderamento feminino em todas as ins-

tâncias, principalmente em ambientes de trabalho. “A mulher precisa ser confiante e estar bem resolvida, com a autoestima alta para que acredite que pode crescer e alcançar os espaços de poder”, disse Beta.

“Esta homenagem afirma o exemplo de luta de uma mulher que acredita e batalha pela democracia, liberdade do povo brasileiro e autonomia das mulheres”, afirmou a diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía. Maria Elisabeth, bastante emocionada, agradeceu a homenagem e reforçou a importância da luta das mulheres por igualdade de oportunidades.

• Clovis Nascimento

“Um dos nossos mais sagrados compromissos é o desenvolvimento do Brasil”

— Camila Marins (Fisenge)

Christina Bocayuva



"Acreditamos na construção coletiva e participação plural", disse Clovis

Eleito presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), o engenheiro civil e sanitarista Clovis Nascimento faz um balanço positivo do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge) e aponta os desafios para o futuro. Clovis atualmente é presidente da Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae, no Rio de Janeiro, e presidente da Confederação dos Técnicos e Trabalhadores Universitários (Confetu). Foi diretor de água e esgoto do Ministério das Cidades, convidado pelo então ministro Olívio Dutra e, até hoje, contribui no Comitê Técnico de Saneamento do Conselho Nacional das Cidades.

Qual o saldo político deste congresso?

— O 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros foi o maior evento que a Fisenge já realizou, tanto do ponto de vista da participação dos delegados quanto da qualidade dos debates e das apresentações. Isto se deve ao temário escolhido, que não foi fruto de uma cabeça coroada, e sim de uma construção coletiva junto com todos os sindicatos e o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Percebemos, durante o congresso e as discussões, que nossa escolha foi muito certa, absolutamente conectada à agenda contemporânea, à realidade brasileira e à discussão da agenda política dos candidatos à presidência da República. Vamos oferecer contribuições efetivas para o desenvolvimento do Brasil, como a proposta que defende a Petrobras 100% estatal e pública. Já quanto ao segundo tema, sobre o movimento sindical, há que se registrar que o mundo do trabalho é dinâmico. O dinamismo do mundo do trabalho interfere diretamente na relação capital e trabalho. Um dos subtemas é o

nosso carro-chefe nas questões corporativas que é a negociação coletiva. Outro debate fundamental é a formação profissional. Não adianta estudar temas mirabolantes fora da realidade do mundo do trabalho e da realidade brasileira. O engenheiro, por sua formação, capacidade de formulação e pela experiência vivida ao longo da sua carreira, certamente vai contribuir com propostas para o desenvolvimento do Brasil.

Um dos temas debatidos foi a necessidade de uma reforma política. De que forma podemos avançar?

— Reforma política, para nós, é imprescindível. Não dá para procrastinar mais essa tão almejada reforma política. Não dá para ficar restrito aos padrões dos parlamentares e seus interesses, porque não farão a reforma que o povo brasileiro imagina e precisa. Queremos contribuir para uma reforma política profunda. O plebiscito popular por uma constituinte exclusiva é um esforço nosso e dos movimentos social e sindical para promover essa concertação Brasil afora e colocar a reforma política na agenda do País. Essa reformulação não é simplesmente a definição de financiamento de campanha. Significa obter efetivamente os avanços com a participação do cidadão e da cidadã, porque o povo ainda está muito distante. Precisamos inserir o povo, ou seja, discutir com amigos, vizinhos, no trabalho, nos sindicatos, na federação.

O I Fórum de Estudantes no Consenge e a participação das mulheres foram um verdadeiro sucesso de representatividade. Iniciais como estas contribuem para projetos de inclusão sindical?

— Certamente, não apenas de inclusão sindical, como inclusão social. Acredito que a inserção das mulheres é inexorá-

vel. Ainda que de forma um pouco tímida, as mulheres já estão inseridas no processo. Precisamos de mulheres para dar contribuição nas questões políticas do Brasil. Outro ponto mais nevrálgico é a reformulação de quadros. A mídia brasileira tem feito trabalho de negação da política, dos políticos, dos movimentos sindicais e sociais e esse discurso é muito perigoso. Temos que discutir e buscar alternativas necessárias para uma renovação de quadros, que não dá para esperar mais. Fiquei muito feliz com a representação dos estudantes em nosso Congresso. Nos seus sindicatos, jovens têm tido participação, a qual precisa ser ampliada. Nossos dirigentes estão atentos, colaborando para que haja essa aglutinação dos estudantes, que é garantia de renovação em curto, médio e longo prazos. Renovação sindical não se faz de forma abrupta, porque, além de preservar o processo histórico, é preciso haver formação política, para que os jovens se inteirem do processo histórico com perspectivas de futuro próximo, principalmente sem perder a coerência do trabalho sindical feito até aqui.

Um dos momentos mais marcantes e emocionantes do Congresso foi a homenagem a Rubens Paiva. Por que homenageá-lo?

— Homenagear Rubens Paiva em nosso congresso foi marcante. Rubens foi engenheiro e combativo político brasileiro, covardemente assassinado nos porões da ditadura. O Brasil precisa virar essa página da História, para que episódios como a ditadura militar jamais se repitam em nosso país. A Comissão da Verdade tem atuado, mas precisa ser reforçada, amparada e respaldada para dar total transparência ao que aconteceu no Brasil. É fundamental mostrar para a juventude as memórias e a verdade do

passado de horror que não queremos nunca mais no nosso país.

Qual o papel da engenharia brasileira na defesa de riquezas estratégicas?

— A engenharia brasileira tem nos orgulhado na prospecção de petróleo, porque o mundo não conseguiu chegar ao patamar a que nós chegamos, graças ao trabalho da Petrobras e seus engenheiros e geólogos na descoberta do pré-sal. Lutamos e continuaremos lutando para que esta riqueza seja apropriada pelo povo brasileiro. O Brasil tem dado passos importantes nesse campo, da mesma forma, na indústria. A nossa política industrial, de modo geral, precisa contribuir, preferencialmente com o mercado interno, sem abrir mão da política de exportação, promovendo novos postos de trabalho e desenvolvimento do país. Jamais permitiremos que a política industrial se esvazie como nos anos 1990 e resulte em demissões e retrocesso no Brasil.

Ao final do Congresso, quais serão os apontamentos para o futuro?

— O resultado do Congresso vai se transformar na base de lançamento do planejamento estratégico da Fisenge no início do próximo ano com a participação de todos os sindicatos, seguindo nossa tradição histórica de democracia interna. Acreditamos na construção coletiva e participação plural. Conclamamos a todos e a todas para participarem desse projeto de construção do país. Um dos nossos mais sagrados compromissos é o desenvolvimento do Brasil. Não abrimos mão das questões corporativas, mas temos um compromisso maior: contribuir com propostas para o desenvolvimento do nosso país em busca de uma sociedade igualitária, fraterna e solidária.

Nova diretoria da Fisenge é eleita

Clóvis Francisco Nascimento Filho, do Senge-RJ, é o novo presidente da entidade

A Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) elegeram, na plenária final do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), a nova diretoria para o triênio 2014/17. No comando da instituição está o engenheiro civil Clovis Francisco Nascimento Filho, do Senge-RJ, que foi secretário-geral da Fisenge na gestão anterior. "Um dos nossos mais sagrados compromissos é o desenvolvimento do Brasil. Não abrimos mão das questões corporativas, mas temos um compromisso maior: contribuir com propostas para o desenvolvimento do nosso país em busca de uma sociedade igualitária, fraterna e solidária", afirmou Clovis em seu primeiro discurso à frente da Federação.

O ex-presidente da Fisenge, o engenheiro agrônomo Carlos Roberto Bittencourt, agradeceu a confiança pelos dois mandatos à frente da Federação. "Esses anos foram permeados pela construção coletiva e participação dos sindicatos. Um dos nossos maiores saltos foi a ampliação

da participação das mulheres na Fisenge. Outro ponto importante foi a filiação de mais um sindicato, o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte (SEA-RN). Completamos 20 anos de história com a certeza de que ainda temos uma tarefa histórica em defesa da engenharia nacional e da sociedade brasileira", finalizou Bittencourt. Um indicativo importante é a ampliação do número de mulheres na direção da Fisenge em 50%.

Durante o Congresso, também foi homologada a filiação do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte à Fisenge. De acordo com o presidente do SEA-RN, Josealdo do Vale, é uma grande honra compor a direção da Federação e avançar na definição de políticas e de organização. "O SEA-RN existe desde 1978 e agora tem a oportunidade de contribuir em ações nacionais com a Fisenge", afirmou Josealdo.

Foram eleitos pela chapa "Seguir em Frente" para o comando da Fisenge pelos próximos três anos os seguintes profissionais de engenharia:

TRIÊNIO 2014/2017

DIRETOR PRESIDENTE: CLOVIS FRANCISCO DO NASCIMENTO FILHO

DIRETOR VICE-PRESIDENTE: ROBERTO LUIZ DE CARVALHO FREIRE

DIRETOR SECRETÁRIO GERAL: FERNANDO ELIAS VIEIRA JOGAIB

DIRETOR FINANCEIRO: EDUARDO MEDEIROS PIAZERA

DIRETORA FINANCEIRA ADJUNTA: SILVANA MARÍLIA VENTURA PALMEIRA

DIRETOR DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA: ULISSES KANIAK

DIRETORA DA MULHER: SIMONE BÁIA PEREIRA

DIRETORES EXECUTIVOS (Membros efetivos): GIUCELIA ARAÚJO DE FIGUEIREDO, GILSON LUIZ TEIXEIRA NERI e RAUL OTÁVIO DA SILVA PEREIRA

DIRETORES EXECUTIVOS (Membros Suplentes): JOSÉ EZEQUIEL RAMOS, FRANCISCO JOSERALDO MEDEIROS DO VALE, VALTER FANINI, JORGE DOTTI CESA, GUNTHER DE MOURA ANGELKORTE, ANILDES LOPES EVANGELISTA, ELOISA BASTO AMORIM DE MORAES e NILTON SAMPAIO FREIRE DE MELO

CONSELHO FISCAL (Membros Efetivos): GERALDO SENA NETO, ADELAR CASTIGLIONE CASAROTO e ROLF GUSTAVO MEYER

CONSELHO FISCAL (Membros Suplentes): ALÍRIO FERREIRA MENDES JUNIOR, ROMULUS AUGUSTUS BATISTA DE LIMA, MARIA VIRGINIA MARTINS BRANDÃO



Diretoria da Fisenge amplia o

ENTREV

CARLOS ROBERTO

EX-PRESIDENTE FAZ UM

Eleito, em 2008, durante o 8º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), Carlos Roberto Bittencourt encerra seu segundo mandato como presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). Bittencourt é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf) e presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR). Nessa entrevista, Bittencourt fala sobre o 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), realizado entre os dias 27 e 30/8, em Búzios, no Rio de Janeiro.

Chegamos ao final da maior edição do Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros. Qual a sua avaliação ao encerrar este mandato?

– Encerramos uma edição histórica de nossos congressos. Isso porque não apenas batemos recorde de participação, como também demos um enorme salto político. "Um projeto de nação para o Brasil" sempre foi nosso debate de fundo e priorizá-lo como tema central, cer-

tamente, representa nosso esforço de apresentar à engenharia e à sociedade uma plataforma de propostas em prol do desenvolvimento nacional. Alinhamos esse tema central a duas vertentes que conduzem a nossa direção: os interesses corporativos e os interesses nacionais. Desta forma, o Congresso foi subdividido em dois temas: "O papel do Estado brasileiro no desenvolvimento nacional" e "O papel do movimento sindical frente às modificações do mundo do trabalho".

A Carta do Rio de Janeiro traz uma série de princípios, entre eles a defesa da soberania nacional. Por que essa defesa intransigente?

– Historicamente, as riquezas estratégicas de um país são disputadas pela hegemonia internacional. É claro que essa disputa traz uma série de ataques. Após a Guerra Fria, a polarização entre Estados Unidos e União Soviética ficou extremamente esvaziada, o que afirmou a posição imperialista dos EUA. O elemento que conduziu e ainda conduz a geopolítica internacional são as riquezas nacionais. Tanto que assistimos a inúmeras guerras e crises internacionais, especialmente quando falamos em



em 50% número de mulheres

LISTA

BITTENCOURT

BALANÇO DO MANDATO

petróleo. Após a descoberta do pré-sal, o Brasil tem alavancado saltos de crescimento social e econômico e firmado posicionamento de soberania internacional. É claro que este deslocamento não é isolado e um exemplo é a formação dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Mesmo com realidades de mercado interno completamente diferentes, a unidade destes países sinaliza a tentativa de desmontar a hegemonia ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Hoje, o que acontece em nosso país? Uma égide de desmoralização da Petrobras, capitaneada pelos meios de comunicação e setores conservadores da sociedade. O ataque à Petrobras faz parte de uma estratégia que abre uma avenida de oportunidades para a privatização. Com este entendimento, nós, engenheiros e engenheiras reunidos no Consenge, defendemos a apropriação social do pré-sal brasileiro como forma de afirmação da soberania nacional.

Mais uma diretoria eleita e dois mandatos encerrados. Qual o balanço?

– Em primeiro lugar, agradeço a confiança de todos e todas que me elegeram presidente da Fisenge por dois manda-

tos, permeados pela construção coletiva e participação dos sindicatos. Demos um salto na área administrativa com projetos de gestão sindical e avançamos na comunicação. Politicamente, um dos nossos maiores ganhos foi a ampliação da participação das mulheres na Fisenge, por meio da Diretoria da Mulher e do Coletivo de Mulheres da Federação. As ações da Diretoria e do Coletivo ganharam capilaridade e reconhecimento nacional. Temos muito orgulho quando essa agenda é reconhecida por outras entidades de classe e movimentos sociais. Outro ponto importante foi a filiação de mais um sindicato à Fisenge, o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte, homologado em nosso Congresso. A Fisenge esteve nos principais debates nacionais, como: energia, habitação, transporte, mobilidade urbana, políticas agrária e agrícola, além de participação efetiva nas negociações coletivas nacionais e na articulação internacional com demais entidades. Completamos 20 anos de história com a certeza de que ainda temos uma tarefa histórica em defesa da engenharia nacional e da sociedade brasileira. Essas duas décadas de lutas alimentam nossas esperanças para o futuro.

Adriana Medeiros

Presidente da Fisenge defende a socialização da política

"**T**odo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente", aponta o parágrafo único do artigo 1º da Constituição Brasileira. A democracia representativa não é um princípio à deriva e seu exercício se dá nas urnas. O processo eleitoral é um momento único, que nos permite avaliar programas, formular escolhas e fortalecer nossos sonhos sobre o Brasil que queremos. O voto foi bravamente conquistado pelo povo brasileiro e este direito representa luta e festa cívica.

O despertar para o exercício do voto exige formulação e avaliação programática, especialmente num país controlado por meios de comunicação conservadores. No período eleitoral, temos a tarefa de lutar contra o pensamento único e exercer a pluralidade de ideias e pensamentos. A conquista de corações e mentes se fortalece com o debate nas ruas, nas casas, nos sindicatos, nos partidos e em todos os espaços coletivos. Tornar cotidiano o questionamento do senso comum e das ações dominantes é uma árdua tarefa e uma vitória simbólica que avança para mudanças concretas. É preciso extrapolar as cabines de votação e tornar a política viva no dia a dia das pessoas.

Da democracia representativa para a democracia participativa ainda há um longo caminho, principalmente se a reforma política continuar a ser procrastinada pelas bancadas conservadoras do Congresso Nacional. A grande adesão ao Plebiscito Popular

por uma Constituinte Exclusiva demonstra a força do povo, que quer participar diretamente das decisões e reivindica condições mais justas nas eleições, como o financiamento público de campanha e o fortalecimento de programas políticos, e não de personagens. A democracia não se reduz ao ato de votar, porém abdicar de votar vai na contramão da democracia.

Infelizmente, talvez como reflexo do discurso de negação de partidos, sindicatos e demais representações nas manifestações, é crescente a defesa do voto nulo ou branco. Negar a luta dos trabalhadores brasileiros pelo exercício do voto significa negar a História. A socialização da política está no cerne do debate e exige aprofundamento da democracia. O voto é um dos instrumentos fundamentais para o fortalecimento da cidadania brasileira. Outros caminhos estão surgindo e apontam para uma única direção: a necessária reforma do sistema político, a democratização dos meios de comunicação e a ampliação dos espaços de participação social.

Em véspera de eleição à Presidência da República e do nosso Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), é preciso afirmar princípios como transparência; ética e o comprometimento com a construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

Vamos às urnas com a consciência de que essa construção depende de cada um e de cada uma de nós!



CLOVIS FRANCISCO NASCIMENTO FILHO
Presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)

Presidentes de sindicatos de engenheiros dizem o que esperam do novo governo

Investimento no planejamento de longo prazo, valorização profissional, respeito ao piso salarial e garantia da qualidade do ensino superior técnico são as principais demandas que profissionais de engenharia e agronomia de 12 estados brasileiros esperam que sejam cumpridas pelo futuro governo do Brasil.

João Pedro Amorim Jr. (Senge-PR)

Profissionais de engenharia e agronomia defendem que o futuro governo invista no planejamento de longo prazo, valorize os quadros técnicos e respeite o salário mínimo profissional, sem perder de vista o cuidado com a qualidade do ensino técnico superior nas esferas público e privadas.

Estas são algumas das prioridades apontadas por presidentes de sindicatos de engenheiros de todo o Brasil no 10º Consenge, em Búzios, Rio de Janeiro, evento que reuniu entre os dias de 27 a 30 de agosto, perto de 400 profissionais em debates sobre o futuro do País. Questões, diretamente ligadas à defesa do interesse público e a setores estratégicos de desenvolvimento que têm a participação direta dos profissionais representados pelas entidades sindicais, integram a Carta do Rio de Janeiro que será encaminhada a cada um dos candidatos à Presidência da República.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR) e ex-presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Carlos Roberto Bittencourt, defende que o governo eleito esteja atento à recomposição dos quadros de engenharia nas escalas federal, estadual e municipal. “A valorização profissional é necessária. Hoje

“ Não podemos desperdiçar tempo e dinheiro para reventar a roda

Josevaldo Vale
Presidente do SEA/RN



“ Nos programas de governo ouvimos falar de mobilidade, de alimentação, de infraestrutura, entre outros temas que envolvem diretamente a engenharia

Rubens Tadeu
Presidente do Senge/PB



há a falta de engenheiros principalmente nos governos municipais. Sem engenheiros não há projetos e faltando projetos os municípios têm dificuldades para angariar recursos. É possível promover convênios com os estados e o governo federal para ter mais engenheiros nas prefeituras”.

Bittencourt entende que outra ação necessária de atenção do governo federal é a melhoria do ensino de engenharia. “Houve um processo de mercantilização da educação e muitas faculdades criaram cursos de engenharia sem ter condições de oferecer uma boa formação. Cabe ao Ministério da Educação exigir a qualidade do ensino técnico superior”.

Por último, o presidente do Senge-PR destaca a mobilidade urbana como prioridade de investimento dos três po-

deres. “Os trabalhadores levam muito tempo em deslocamentos de casa para o trabalho. Muitas vezes, o transporte é de má qualidade. Esta é uma questão ligada diretamente às prefeituras, mas que necessita de ampla atenção das três esferas de governo”.

AGRICULTURA E ACESSO A TERRA

Para o presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro-SC), o engenheiro agrônomo Vlademir Gazoni, é preciso que o novo governo implante uma política agrícola que atenda à agricultura familiar e que dê sustentação à manutenção da engenharia como a base do planejamento com a definição de diretrizes de governo na área da agricultura. “São necessários investimentos direcionados

à agricultura familiar, principalmente nos estados do Sul e do Nordeste, com ações que comecem desde o acesso à terra, com a promoção da reforma agrária ou através de crédito fundiário. Isso passa pelo financiamento que garanta a sustentabilidade e a rentabilidade dos agricultores para que tenham resultado social e financeiro”.

Gazoni ressalta ainda que essas medidas devem ser acompanhadas de ações de valorização profissional dos quadros que dão apoio à assistência técnica e extensão rural e na parte de fiscalização federal, estadual e municipal dos produtos de origem vegetal e animal. Essa valorização profissional, segundo ele, passa, obrigatoriamente, pelo atendimento do Salário Mínimo Profissional previsto na lei federal 4.950 A.



“É importante investir na formação técnica que dê suporte às cidades, de forma que tenhamos melhores espaços de convivência e não aglomerados desordenados”

Olimpio Alves dos Santos
Presidente do Senge/RJ



“A formação do engenheiro tem que estar integrada a empresas públicas e privadas para garantir a geração de conhecimento e a inovação tecnológica”

Orlando Zardo Júnior
Presidente do Senge/ES

CARREIRA DE ESTADO

Na opinião do presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG), engenheiro eletricitista Raul Otávio da Silva Pereira, a grande mensagem a ser enviada ao novo governo é a do reconhecimento da profissão de engenharia como carreira de Estado. “É importante que haja o reconhecimento da importância do papel do engenheiro nas ações integradoras de desenvolvimento do País. Os profissionais de engenharia devem ser valorizados como agentes condutores da maioria das políticas de desenvolvimento que os governantes pretendem implementar”, observa.

Pereira considera que a aprovação da engenharia como carreira de estado é necessária para consolidar este processo. “Entendemos que isto é fundamental, bem como a inserção de mais engenheiros nos quadros das prefeituras municipais é importante para que tenhamos um corpo técnico qualificado para acompanhar as políticas emanadas pelo governo federal que desembocam nas administrações dos municípios. Por fim, é preciso que haja o reforço, a confirmação e o reconhecimento definitivo da ampla validade da Lei 4950A/66 que trata do Salário Mínimo Profissional. É uma lei que vez ou outra é discutida. É um assunto que se arrasta e entendemos que é importante que haja um posicionamento definitivo e firme a respeito disso”.

O Projeto de Lei nº 13/2013 – que reconhece a Engenharia, a Agronomia e a Arquitetura como carreiras essenciais e exclusivas de Estado é de autoria do deputado José Chaves (PTB-PE). Já passou pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, tendo sido aprovado em agosto de 2013, e no momento aguarda

votação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que deverá ocorrer depois das eleições de outubro. Uma vez retornada à pauta e aprovada pela CCJ, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, nem mudança posterior no texto aprovado pela Câmara, a matéria será enviada direto à sanção presidencial.

As carreiras essenciais e exclusivas de Estado estão previstas pela Emenda Constitucional 19, de 1998, conhecida como reforma administrativa, e incluem diplomatas e servidores de carreiras jurídicas, de auditoria e de gestão governamental, entre outras. Para incluir os engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, a proposta altera a Lei nº 5.194/66, que regula essas profissões.

Qualidade no ensino de Engenharia – Na opinião do presidente do Senge Bahia, engenheiro civil Ubiratan Félix Pereira dos Santos, é necessário que o governo federal pare de financiar o ensino privado com recursos públicos sem que haja controle de demanda por cursos.

“Temos que ir pra cima do governo em defesa da qualidade do ensino superior. A 18ª maior riqueza do Brasil está nas mãos de uma empresa privada de ensino que é bancada com recursos públicos do Fies e ProUni. Não dá para financiar a iniciativa privada que enriquece às custas de recursos públicos”, afirma Ubiratan Santos, que também é professor da área de engenharia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Ele cita como exemplo o excesso de oferta e a falta de demanda em determinados cursos. “Metade dos cursos de Direito do mundo estão no Brasil. Isso é uma deformação, porque não existe demanda, nem mercado que justi- ▶

“É importante que haja o reconhecimento da importância do papel do engenheiro nas ações integradoras de desenvolvimento do País”

Raul Otávio da Silva Pereira
Presidente do Senge/MG



“Temos que ir pra cima do governo em defesa da qualidade do ensino superior”

Ubiratan Felix Pereira dos Santos
Presidente do Senge/BA



“São necessários investimentos na agricultura familiar, principalmente nos estados do Sul e do Nordeste”

Vladimir Gazoni – Presidente do Seagro/SC



► CONTINUAÇÃO

fique esse número. Essas empresas privadas estão pegando recursos públicos e abrindo cursos que elas acham mais fácil vender, sem ligação com a demanda do nosso País. Muitas vezes são criados cursos com baixo investimento para a oferta de formação de péssima qualidade. 90% dos cursos ofertados por universidades pagas estão nas áreas de administração, direito e saúde. Os outros 10% representam o resto. O que está sendo oferecido não é necessariamente o que o nosso país precisa na formação profissional do ponto de vista estratégico. A legislação vigente é muito ruim e privilegia a livre iniciativa na educação de quem tem interesse em ganhar dinheiro. A viabilidade do negócio do ensino privado no Brasil só é possível porque o governo coloca recursos públicos à disposição dessas instituições em detrimento da expansão do ensino de qualidade para todos”, critica.

O POVO COMO FOCO DE ATENÇÃO DO GOVERNO

O presidente do SENGE-RJ, Olimpio Alves dos Santos, defende a construção de políticas públicas que resultem no benefício direto para a população. “É preciso ter uma visão de futuro, sem esquecer do passado. É fundamental construir políticas públicas orientadas à verdadeira democracia que tenha o povo no centro da questão e não com arranjos para poderosos”.

Olimpio entende que os investimentos do novo governo devem garantir a infraestrutura necessária para que o país se integre de forma adequada além de induzir o processo de construção social com foco na saúde e educação. “É importante investir na formação técnica que dê suporte às cidades, de forma que tenhamos melhores espaços de convivência e não aglomerados desordenados. Este é um debate que tem que ser disseminado para toda a sociedade para que ela tenha a capacidade de construir e participar deste processo”.

Mobilidade e Transporte – Na opinião do engenheiro civil Rosivaldo Ribeiro Santos, presidente do Senge Sergipe, o novo governo deve ter entre as pautas prioritárias o investimento na infraestrutura multimodal de transportes, com a reativação de ferrovias e a navegação de cabotagem, bem como o financiamento de projetos de mobilidade nas grandes cidades.

“As ferrovias devem ser prioritárias para baixar o custo no transporte de mercadorias. Do ponto de vista das



“ Entendemos que o Estado deve ter o controle sobre setores estratégicos de forma que não fiquem vulneráveis a apropriações políticas ou de interesses privados

Roberto Luiz de Carvalho Freire
Vice-presidente da Fisenge



“ Ao investir na melhoria dos quadros técnicos do Brasil o governo terá como resultado a qualidade de serviços principalmente de cunho social

Fernando Rodrigues de Freitas
Presidente do Senge/PE



“ O Governo tem que investir no fortalecimento do quadro de técnico para ampliar a geração de riquezas dentro do país

João Thomaz Costa
Presidente do Senge/Volta Redonda



“ Infelizmente vemos hoje muitos prefeitos implantando soluções paliativas, sem projetos de futuro

Rosivaldo Ribeiro Santos
Presidente do Senge/SE

cidades, a implantação de sistemas de metrô é muito importante, mas não apenas quando o caos já está instalado. Infelizmente vemos hoje muitos prefeitos implantando soluções paliativas, sem projetos de futuro”.

Conhecimento - O engenheiro metalúrgico João Thomaz Costa, presidente do Senge Volta Redonda, considera que o futuro governo tem que investir no fortalecimento do quadro de técnico para ampliar a geração de riquezas dentro do próprio país. “O Brasil hoje ainda é exportador de produtos primários. Muitos especialistas brasileiros de diver-

sas áreas que poderiam estar auxiliando no crescimento do país acabam saindo daqui por falta de apoio. É importante que o governo fortaleça seus quadros técnicos e invista no conhecimento para que o país cresça. Outros países levam nossos profissionais, assim como compra”,

Valorização dos quadros públicos – O presidente do Senge Rondônia, engenheiro eletricista José Ezequiel Ramos, entende que o novo governo tem que garantir a valorização das empresas públicas e dos quadros técnicos, principalmente nos setores estratégicos para o desenvolvimento.

“Entendemos que o Estado deve ter o controle sobre setores estratégicos, de forma que não fiquem vulneráveis à apropriações políticas ou de interesses privados. A empresa pública deve ser forte e ter quadro próprio de carreira valorizado e de qualidade para devolver à sociedade o serviço que ela espera, com a aplicação do recurso público da melhor forma possível”.

Ainda no contexto do investimento nos quadros técnicos, o presidente do Senge Pernambuco, Fernando Rodrigues de Freitas, considera que as sugestões apresentadas pelos engenheiros ao futuro governo podem servir de orientação no processo de desenvolvimento.

“Ao investir na melhoria dos quadros técnicos do Brasil, o governo terá como resultado a qualidade de serviços, principalmente, de cunho social”.

Para o presidente do Senge Espírito Santo, engenheiro eletricista Orlando Zardo Júnior, a formação profissional de qualidade é o primeiro passo para a construção de projetos eficientes e de longo prazo. “Temos que formar profissionais preparados para atender às novas demandas do País. Essa formação tem que estar integrada a empresas públicas e privadas para garantir a geração de conhecimento e a inovação tecnológica. A formação, quando é localizada e respeita as diversidades, cria novas demandas de ciência e tecnologia. Temos que formar com conteúdos dirigidos aos potenciais locais”.

Passado, presente e futuro - Joseraldo Vale, engenheiro agrônomo e presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte (SEA-RN), defende que o futuro governo aproveite projetos de êxito e aprenda com os erros de gestões anteriores. “Não podemos desperdiçar tempo e dinheiro para reventar a roda. Temos que aproveitar o tempo e as inteligências com vistas ao progresso e ao bem da coletividade. É preciso que os ministérios planejem juntos e não separadamente, como caixinhas de cada partido, uns destruindo os outros”.

RESPEITO

O presidente do Senge Paraíba, Rubens Tadeu, diz que a engenharia tem que ter o seu papel respeitado nas três esferas de governo.

“Nos programas de governo atuais ouvimos falar de mobilidade, de alimentação, de infraestrutura, entre outros temas que envolvem diretamente a engenharia. A engenharia tem que ter o seu papel respeitado pelos governos”, afirma.

Trabalhadores do futuro

Fotos Adriana Medeiros e Cristina Boucayuva

"Renovação sindical" é a palavra de ordem no terceiro dia de debates do 10º Consenge

Mudança na linguagem e entendimento das demandas da juventude são estratégias necessárias para que os sindicatos incluam os trabalhadores do futuro.

“O sindicato precisa acolher a juventude”. “A linguagem que o movimento sindical utiliza hoje é defasada, não atrai os jovens. O que a juventude quer é agilidade e objetividade”. “Quando o mundo do trabalho se tornar parte da vida dos jovens eles irão ao sindicato, mas é necessário criar mecanismos de atração”.

Renovar, reciclar, reinventar foram as palavras de ordem na plenária da manhã de sexta-feira, 29 de agosto, do 10º Consenge, que abordou o tema “O Papel do Movimento Sindical Frente às Modificações do Mundo do Trabalho”. As afirmações do início deste texto, feitas pelos palestrantes no encontro, confirmam que mudar o foco na rotina sindical mais do que uma tendência é uma necessidade urgente.

ESTRUTURA

Para o secretário nacional de Previdência, Aposentadoria e Pensionistas da CTB, Pascoal Carneiro, é necessário oxigenar a estrutura dos sindicatos com a abertura de espaço para os jovens. “O movimento sindical está com seus velhos conceitos, só reivindicatórios. Precisa ter reivindicação, ter projeto de sociedade, mas, acima de tudo, o sindicato tem que ser o espaço da juventude. É necessário acolher a juventude e trazer para todos os sindicatos toda aquela vida leve e brincalhona que existe na juventude. É preciso que o movimento sindical se abra para isso e os sindicatos precisam ter espaços de lazer, de recreação, de cultura, esporte e cursos preparatórios para jovens, filhos de trabalhadores, que não têm acesso a boas escolas nesse país”.



Terceiro dia de debates do CONSENTE falou sobre o desafio dos sindicatos em atrair os jovens para a luta



Junéia Batista e Pascoal Carneiro falaram sobre a importância dos jovens no movimento



Adalberto Moreira Cardoso, doutor em sociologia pela USP e professor do instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ, considera que enquanto a legislação trabalhista brasileira obrigar a negociação coletiva, os sindicatos não irão morrer, porém, é preciso que estejam atentos às demandas dos jovens.

“O mundo do trabalho é uma parte importante na vida das pessoas, mas não é o ponto central na vida da maioria dos jovens. Os movimentos de junho de 2013 foram liderados por jovens, em sua maioria, aqueles que estão estudando, ou estudando e trabalhando. Que estão com uma espécie de frustração de expectativas. Essa juventude quer mais, porque o seu horizonte é mais amplo. E essa pauta, que coloca em discussão o horizonte na vida das pessoas, não é a dos sindicatos”, observa.

Cardoso lembra que quando os jovens entrarem no mercado de trabalho, obrigatoriamente, terão que levar em conta a participação dos sindicatos na sua vida produtiva. “Essa

juventude virá para o sindicato mais adiante. A renovação dos sindicatos passa pela constituição de representações por local de trabalho, oferta de infraestrutura de lazer, esportes. Fazer do sindicato um espaço de convivência que contemple outras dimensões da vida dos trabalhadores”.

Para Junéia Batista, secretária nacional de saúde do Trabalhador da CUT, é necessário que o movimento sindical mude a forma de abordagem para atrair novos quadros. “A classe trabalhadora do futuro está sendo forjada hoje nas universidades. É necessário incentivo, patrocínio para atrair os jovens em formação e tratar das demandas da juventude. O jovem quer agilidade e objetividade. Se não adequarmos a linguagem vamos aprender perdendo para depois nos reciclar”, observa Junéia.

PROXIMIDADE

Receita da conquista - Clécio Santos, diretor do Senge Estudante da Bahia, defende que o sindicato esteja próximo das universidades

e dos “calouros” desde o início dos cursos. “O sindicato precisa estar já na recepção dos calouros. Isso é muito importante para que o estudante tenha consciência da sua categoria, classe que fará parte e que se organize para lutar. O que vemos hoje no Brasil é uma negação da política e dos sindicatos, o que faz com que os estudantes e profissionais recém-formados pensem que têm que se virar por si para conquistar os seus objetivos. Sabemos que isso não é assim. A luta sindical é importante e a organização das categorias também. Os sindicatos podem auxiliar estando presentes nas entidades estudantis, centros acadêmicos e diretórios de estudantes ajudando na organização das semanas de engenharia e seminários, entre outras atividades, que estimulem essa visão crítica e consciente da atividade profissional”.

Para Santos, que é estudante de engenharia da computação da Universidade Federal da Bahia, com a aproximação entre as partes é possível trabalhar pautas conjuntas. “A implantação de escritórios públicos de engenharia nas universidades para o atendimento à população carente é uma pauta que o movimento sindical trouxe para o movimento estudantil. Temos muitas discussões sobre as liberdades individuais, questões de etnias e gêneros são contribuições que os estudantes podem levar ao movimento sindical e este trazer para o debate as questões da luta de classes e contra o capital que tem se perdido muito no movimento estudantil”.

Senge-RJ ganha ação do Banco de Horas

O Senge-RJ ganhou em primeira e segunda instâncias (Vara do Trabalho e Tribunal) a ação do Banco de Horas que move contra Furnas (Número: 0001488-77.2012.5.01.0046). A empresa ainda pode recorrer da decisão para o TST (Brasília). O Senge-RJ entrou com a ação em 06/11/2012. São 1115 engenheiros envolvidos.

Confira as últimas notícias do Jurídico

O Departamento Jurídico do Senge-RJ realizou, em Angra dos Reis, uma reunião com os engenheiros da Eletronuclear. O objetivo do encontro era atualizar sobre as últimas notícias referentes às ações que o Sindicato move contra a empresa.

A ação do Salário Mínimo Profissional (Número: 0000710.20.2010.5.01.0033) está em fase de cálculo. O Sindicato ganhou em primeira instância (Vara do Trabalho). Não há previsão para término do cálculo. A ação é de 09/07/2010 e

envolve 215 engenheiros.

Em relação à ação da Hora para Repouso e Alimentação (HRA)(Número: 0000591-22.2010.5.01.0401), o Senge-RJ ganhou em primeira instância, mas a empresa entrou com recurso, que ainda não foi julgado. O Sindicato entrou com a ação em 29/04/2010.

A ação conhecida como "Divisor 200" (Número: 0011346-38.2013.5.01.0066) ainda está na fase preliminar. Foi realizada uma audiência inicial, para tentativa de acordo e entrega da defesa da empresa.

No momento, aguarda-se a sentença do juiz. A ação é de 13/12/2013. A partir da edição da Súmula 431, em fevereiro de 2012, passou-se a aplicar o divisor 200 para o cálculo do salário-hora do empregado que trabalha 40 horas semanais. Anteriormente, era usado o divisor 220.

A reunião, que foi realizada no dia 17 de setembro, contou com a presença dos diretores do Sindicato, Gunter Angelkorte e Virginia Brandão, e Luiz Cosenza e Henrique Ludovice, candidatos à presidência do CREA-RJ e do Confea.

Arquivo Senge

art²⁷

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



A reunião contou com a presença do diretor do Sindicato Alcebiades Fonseca, do candidato à presidência do CREA-RJ, Luiz Cosenza, do candidato à presidência do CONFEA, Ludovice, do representante sindical, Romulo Justino, do conselheiro do Crea-RJ, Marcos Antonio Rocha, do dirigente do SENGE, Gunter Angelkorte, do conselheiro do CREA, Vinícius, e da diretora do sindicato Virginia Brandão.

PERGUNTE AO JURÍDICO



• Participe! Envie suas dúvidas para: imprensa@sengerj.org.br

Fechado ACT da ESSS

Foi fechado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) entre o Senge-RJ e a Engineering Simulation And Scientific Software (Esss). São 38 cláusulas. O ACT terá validade até 31 de julho de 2015. A data-base da ESSS é 01 de agosto. Ao longo do processo, foram realizadas uma rodada de negociação e uma assembleia entre trabalhadores.

Dentre as principais cláusulas, está o reajuste salarial. Ficou acordado, através do ACT, que a empresa reajustará os salários de todos os empregados, mediante a aplicação de 100% da variação do INPC de agosto de 2013 a julho de 2014.

Além disso, as horas-extras entre segundas e sextas-feiras serão remuneradas com o adicional de 60% sobre o valor da hora, calculada com o divisor 200, para quem trabalha em jornada de oito horas, e de 150, para aqueles que trabalham em jornada de

As horas extraordinárias trabalhadas em dias de Descanso Semanal Remunerado (DSR) e feriados serão remuneradas com o adicional de 100%, incidente sobre o valor da hora, calculada com o divisor 200, para aqueles que trabalham em jornada de oito horas diárias e de 150 para aqueles que trabalham em jornada de seis horas diárias.

OUTRAS CLÁUSULAS IMPORTANTES:

- Vale-refeição: R\$ 34,00 por dia útil.
- Vale Alimentação: R\$ 300,00 por mês, mediante tickets.
- Vale Transporte: a empresa con-

cederá Vale Transporte aos empregados ativos que optem pelo benefício e que comprovem a utilização de transporte coletivo público e especifiquem o trajeto residência-trabalho e vice-versa.

- Auxílio Educação: a empresa poderá subsidiar, parcial ou integralmente, aos empregados os custos decorrentes de formação escolar (ensino médio, superior, pós-graduação, mestrado e/ou doutorado), bem como de cursos técnicos específicos, sempre relacionados com a atividade econômica da Empresa e as funções exercidas pelo empregado.

- Adicional de Periculosidade: fica estabelecido o adicional de periculosidade de 30% sobre o salário base quando o empregado laborar nas condições e tempo exigidas pelo art. 193 da CLT e Súmula 364 do TST, bem como nas atividades regulamentadas pela NR 16 do Ministério do Trabalho e Emprego.

- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART): a empresa se obriga a efetuar o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), prevista na Lei no 6.496/77, dela fazendo constar os requisitos dos artigos 19 e 20 da Lei no 5.194/66, para engenheiros e profissionais afins representados pelo SENGE-RJ, no caso de estudos, projetos, obras e serviços e também de exercício de cargo/função, indicando o responsável técnico e os co-autores (colaboradores envolvidos) ou membros de equipes.

"O ACT terá validade até 31 de julho de 2015"

EMATER-RIO

Encontro no Ministério do Trabalho

Foi realizada no dia 29 de outubro, às 14h, uma reunião de mediação entre o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) e

os representantes da Emater-Rio. A reunião foi realizada na sede do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) de Niterói.

Eleições para o sistema CONFEA/CREA/MUTUA

No dia 19 de novembro próximo, vamos eleger o Presidente do CONFEA, o presidente do CREA/RJ e o diretor Geral da Mútua/RJ.

Em breve, divulgaremos os locais de votação. Fique atento e veja se o local determinado para você votar é da sua conveniência. Se preferir, você poderá mudar esse local diretamente na página do Crea-RJ ou através de link que iremos disponibilizar no Portal do Senge-RJ.

Fique atento para que você possa exercer o legítimo direito de ser protagonista dessa história!

Nas últimas eleições, para eleger o Presidente do Crea/RJ, APENAS 7% dos profissionais votaram.

Com determinação, cada um de nós pode redesenhar esse quadro. Para isso, temos que garantir expressiva participação nos caminhos que vão traçar os rumos do nosso futuro. Participação ativa no debate sobre as políticas públicas do nosso país e do nosso estado; firme fiscalização das empresas pelo cumprimento do Salário Mínimo Profissional; valorização profissional e respeito da sociedade pelas profissões regulamentadas pelo Crea/RJ são exigências que todos temos o direito de fazer.

Para tanto, é preciso PARTICIPAR!!!



Livro que resgata os 20 anos de lutas da Fisenge é lançado

Publicação conta a história da engenharia nacional e a organização dos engenheiros

Camila Marins (Fisenge)

"Fisenge: duas décadas de lutas e esperanças" é o título do livro de memórias da Federação, lançado na abertura do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). Produzida pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), a publicação conta com 250 páginas de história do Brasil, da engenharia nacional e da organização dos engenheiros e das engenheiras. "O surgimento da Fisenge se deu em 1993. Nossa história é permeada pelos princípios do novo sindicalismo e pela luta em defesa da engenharia nacional e da sociedade", lembrou o ex-presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, que ainda destacou que, ao longo de 2013, a Fisenge



Para Vito Giannotti, coordenador do NPC, "cuidar da nossa memória significa instrumentalizar os trabalhadores para as suas lutas de amanhã"

promoveu um resgate histórico sobre fatos que marcaram a sua história de 1993 a 2013. "Realizamos, em setembro do ano passado, um grande ato comemorativo, com a presença de entidades nacionais, lideranças

Fotos de Adriana Medeiros

políticas, partidos, centrais sindicais, movimentos sociais, parlamentares e entidades de classe", contou.

O coordenador do NPC, Vito Giannotti, esteve na abertura do Congresso e reforçou a importância do resgate e da preservação da memória sindical. "Cuidar da nossa memória significa instrumentalizar os trabalhadores para as suas lutas de amanhã", en-

fatizou Giannotti. Ao todo, foram seis meses de trabalho do NPC com a colaboração dos funcionários e da equipe de comunicação da Federação. Centenas de fotos e documentos



O ex-presidente da Fisenge, Carlos Bittencourt, durante o lançamento do livro

foram revisitados e resgatados em um mergulho histórico que passou pela fundação da Fisenge e pela conjuntura nacional dessas duas décadas. A jornalista e coordenadora do NPC, Claudia Santiago, acredita que os sindicatos têm a tarefa também de contar as suas histórias. "É nas páginas da imprensa sindical que está a memória das lutas dos trabalhadores. A imprensa sindical é referência

para os historiadores que estudam o tema. Se não a preservamos, nossa história escapa de nossas mãos", pontuou Claudia.

"Um ano foi pouco para resgatarmos a história de luta da Fisenge e o nosso intuito com essa publicação é preservar a nossa memória. Que este livro contribua para fortalecer a nossa luta e alimente nossas esperanças para o futuro", conclamou Bittencourt.



Senge RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br • imprensa@sengerj.org.br